

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE ABRIL DE 2008**-----

-----Aos sete dias do mês de Abril de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi considerada justificada a falta da Sr^a Vereadora Joana Baptista.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse:-----

-----Que quer aqui louvar a Associação de Pais das Escolas de Almeirim e Fazendas de Almeirim pelas iniciativas do passado fim de semana, a que não pode assistir por estar ausente do Concelho, pois a intervenção dos pais na escola leva a uma aproximação que serve para melhorar o ambiente escolar.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que faz suas as palavras da Sr^a Vereadora.-----

-----A mesma Vereadora disse que considera inadmissível que os sanitários do Parque da Zona Norte estejam fechados aos feriados, havendo que tomar medidas para resolver a situação, independentemente do descanso dos trabalhadores. Têm de encontrar uma solução para o caso porque os utentes do Parque não podem continuar a ser impedidos de ter acesso aos sanitários.-----

-----Lamentou, mais uma vez, que as Contas da Aldesc não sejam presentes a reunião de Câmara, e já o deviam ter sido.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário referiu diversos pontos, como vão mencionados:-----

-----**1 - Requerimentos apresentados no dia 17 de Março de 2008-**

Contas da ALDESC, EM e Auditor Externo:-----

-----Dado que V^a Ex^a não me respondeu aos dois requerimentos e não cumpriu os prazos legais, comunico-lhe que vou tomar as providências legais junto das instituições responsáveis.-----

-----**2 - Travessia da ponte D. Luís:**-----

-----Solicito a V^a Ex^a nos dê conta das diligências tomadas pela Autarquia em relação às obras da referida ponte que se vão prolongar e que irão constituir um grave problema para toda a actividade agrícola do Concelho, sobretudo se coincidirem com o próximo período das colheitas como parece ser dado adquirido.---

-----**3 - Animação junto ao Estádio Municipal:**-----

-----A perturbação causada aos moradores é evidente. A cedência do espaço até ao final de Abril é, no mínimo, um exagero. Causticar com aquele evento, quem já é incomodado, anualmente, com o Pão Vinho & C^a parece-me um exagero. Gostaria também de saber quais são as contrapartidas para a edilidade resultantes daquela cedência.-----

-----**4 - Obras na Av^a 25 de Abril / Rua Condessa da Junqueira:**--

-----Gostaria de ser informado das alterações, se é que as houve, ao projecto inicial desta obra, o seu valor e como decorreu o seu processo de adjudicação. Sinceramente não estou a achar nenhum jeito àquele espaço, que para além dos custos para a autarquia se configura como uma má e abusiva utilização de dinheiros públicos municipais e que vem causar enormes prejuízos a todos, quer sejam peões quer sejam aos automobilistas.-----

-----**5 - Terrorismo Político e Pessoal:**-----

-----A partir de agora é assim que vou classificar as iniciativas do actual locatário do cargo de Presidente do Município de Almeirim, que me têm como alvo. Pretendo tornar públicas as duas últimas de que tenho conhecimento.-----

-----**Denúncia à Polícia Judiciária:**-----

-----Fui ouvido no dia 17 de Março último, pela Polícia Judiciária, acerca de variadíssimos assuntos desta Autarquia, um dos quais se prende com uma denúncia apresentada pelo seu Presidente, através do ofício nº GAP 32/2007 de 26/11/2007, onde, na continuação do terrorismo político e pessoal que tem levado a cabo contra mim, me acusa, desta vez, do crime de peculato.-----

-----Ora, como pretendo esclarecer publicamente as acusações que me fez, solicitei no dia 19 de Março, através do requerimento nº 4/2008, cópia do referido ofício.-----

-----Às quinze horas e vinte e cinco minutos entrou o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Naturalmente, não obtive qualquer resposta, no entanto e como é meu hábito, dado estes assuntos têm que ser públicos, ao contrário do entendimento que V^a Ex^a tem destas questões, devo prestar os seguintes esclarecimentos.-----

-----Nessa missiva, V^a Ex^a acusou-me do crime "hediondo" de ter utilizado, em proveito próprio, os bens públicos. Confesso que fiquei surpreendido.-----

-----Era suposto colocar aqui cópia do ofício, mas como não me foi facultado, nem pela PJ, nem pela Câmara da qual, recordo, sou membro efectivo do Executivo, não o consigo, no entanto, durante a audição pude transcrever a acusação:-----

-----"*... utilizando, indevidamente, bens públicos pertencentes à CMA, visto que o equipamento informático lhe foi atribuído para desempenho das suas funções autárquicas.*"-----

-----Fiquei estupefacto, mas por outro lado muito preocupado.---

-----Estupefacto pela cretinice e má fé da acusação.-----

-----Então no dia 26 de Novembro de 2007 e após ter cometido o crime de violação da minha correspondência pessoal, o Sr. Presidente vai confessar à Polícia Judiciária o seu crime e depois acusar-me de usar o meu email para troca da correspondência que andou a violar.-----

-----Que figura triste de um Presidente de Câmara. Não faz a mínima idéia do que é um email. Podia e devia aconselhar-se com um dos advogados da autarquia antes de fazer qualquer acusação, a fim de evitar tristes figuras.-----

-----Espero que esta atitude ajude a que todos compreendam melhor a sua personalidade, dignidade e postura e que se cuidem todos os que ainda têm endereço institucional da Câmara, (será que ainda alguém o usa?) quando pensarem enviar ou receber algum email.-----

-----Muito preocupado fico com o estado de "espírito" do Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Aviso-o, no entanto, de que abriu um precedente muito grave para si.-----

-----Gostaria V^a Ex^a que lhe fizesse o mesmo em relação a muitas matérias mal esclarecidas durante a sua permanência na Autarquia?-----

-----**Anonimato:**-----

-----Foi-me mandado entregar, pelo Sr. Presidente da Câmara, no dia 26 de Março, juntamente com os documentos para a Reunião de Câmara de 31 de Março os 3 documentos que disponibilizo, um dos quais é a seguinte nota:-----

-----'Sr. Vereador Francisco Maurício, Aconselho-o a mandar esta última queixa também assinada para que não perca força em relação a algumas anteriores. Assinadas não se descredibilizam.'-----

-----Quanto a esta nota irónica de acusação, recorro ao Sr. Presidente que face às atitudes de canalhice que tem tido para comigo, quer a nível político, quer a nível pessoal, decidi e comuniquei-lhe em reunião de câmara que, nem institucionalmente pretendo manter qualquer relação consigo, a bem da minha sanidade mental, que não seja a estritamente oficial, decorrente da minha actividade enquanto Vereador e até ao final do mandato.-----

-----Quanto aos seus conselhos, dispenso-os completamente e aconselho-o a não os dar, porque penso que lhe irão fazer muita

falta.-----

-----Assumo completamente que solicitei ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, no dia 21 de Janeiro de 2008, queixa para perda do seu mandato, aliás tal e qual como V^a Ex^a solicitou ao mesmo Tribunal exactissimamente a mesma coisa em relação a mim, tendo utilizado o despacho de arquivamento para denegrir publicamente a minha imagem pessoal, mentindo descaradamente.-----

-----Não entendi dar-lhe conhecimento dessa queixa, à semelhança do seu procedimento para comigo, mas divulguei-o a muita gente, uns que o toleram, outros que nem tanto e vou, agora, divulgá-lo publicamente:-----

-----Às quinze horas e trinta e três minutos tomou lugar o Sr. Presidente, que passou a presidir aos trabalhos.-----

-----Continuou o Sr. Vereador Maurício do Rosário,-----

-----"Ao Exm^o Procurador dos Serviços do Ministério Público Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria,-----

-----ASSUNTO: Apresentação de Queixa - Acção para perda de mandato(n^o 2 art^o 11^o da Lei 27/96 de 1 de Agosto)-----

-----Excelência,-----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. n^o 2026036 (A.I. de Santarém), docente do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Sá da Bandeira, em Santarém / Vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, residente na Rua António Sérgio, n^o 22 - A, 1^o Esq^o, 2080-062, em Almeirim, de acordo com o estipulado no n^o 2 do art^o 11^o da Lei 27/96 de 1 de Agosto venho requerer a V.Exa se digne mandar interpor a respectiva acção para perda de mandato, prevista no n^o 3 do art^o 11^o da Lei 27/96 de 1 de Agosto, contra o presidente da Câmara Municipal de Almeirim (José Gameiro Sousa Gomes), dado a reiterada violação das normas legais que põe em causa o regular funcionamento dos órgãos autárquicos.-----

-----Como é do conhecimento de V.Exa os eleitos locais estão

vinculados ao cumprimento dos deveres enunciados no artigo 4.º do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro), - no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem.-----

-----De acordo com o estipulado no artº 7º da lei 27/96 de 1 de Agosto "A prática, por acção ou omissão, de ilegalidades no âmbito da gestão das autarquias locais ou no da gestão de entidades equiparadas pode determinar, nos termos previstos na presente lei, a perda do respectivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da acção ou omissão deste".-----

-----No executivo municipal do Concelho de Almeirim, tendo vindo, por parte do presidente do respectivo executivo municipal a ser praticado reiteradamente, a violação de diversas normas legais, que põe em causa o regular funcionamento deste órgão autárquico, nomeadamente:-----

-----1) Violação sistemática do estipulado na alínea s) do nº 1 artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção das alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, quer quanto ao cumprimento de prazos, quer na recusa em prestar as informações necessárias e de exigência legal.-----

-----2) Violação sistemática do estipulado no artº 44º do Código do Procedimento Administrativo - situações de impedimento "intervir em procedimento quando nele tenha interesse, por si ou como representante de outra pessoa". Esta norma é um corolário do princípio da imparcialidade de toda a actividade da Administração Pública estatuído no artigo 266º, nº2 da Constituição da República Portuguesa. Ao fazer-se "eleger" "para presidente do conselho administração da empresa municipal ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos EM - não pode participar no Executivo

municipal nas discussões e votações dos assuntos relativos a esta empresa (remete-se para a ACTA de 22 de Outubro de 2007), situação comum aos outros dois vereadores que acumulam como administradores da ALDESC. (nº 2 do artº 8º da Lei 27/96 de 1 de Agosto).-----

-----3) Violação da alínea s) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção das alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ao recusar responder, quando foi delegado competências na sua chefe de gabinete, bem assim a recusa em fornecer a cópia desse acto de delegação previsto no nº 4 do artº 73º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção das alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, documento essencial para aquilatar de eventuais ilegalidades e irregularidades praticadas, impedindo-me deste modo de exercer as minhas competências, nos termos da alínea d) do nº 7 do artº 64º da referida norma legal.-----

-----4) Violação sistemática e reiterada do estipulado no nº 3 do artº 65º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção das alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ao recusar informar a câmara das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo dos números 1 e 2 da referida norma legal na reunião que imediatamente se lhes seguir.-----

-----5) Os actos do Presidente da Câmara, praticados no âmbito da competência excepcional, não são por ele submetidos a ratificação na primeira reunião camarária subsequente à sua prática, sob pena de anulabilidade. Artº 68º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção das alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

-----6) Violação do estipulado na alínea d) do nº 3 do artº 48º da lei 2/2007 de 15 de Janeiro não tendo sido apresentado para apreciação do executivo municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal do relatório semestral do auditor externo.-

-----7) Violação sistemática dos princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio, nenhuma despesa pode ser

assumida, autorizada e paga sem que se encontre suficientemente discriminada no orçamento municipal e tenha cabimento no correspondente crédito orçamental, em rubrica de classificação orgânica e económica adequada, com saldo suficiente para a comportar (cfr. os pontos 2.3.4.2., alíneas d) e g), 2.6.1. e 3.1.1., alínea f), do POCAL e o art.º 3.º, n.º 1, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

-----8) Violação comprovada e assumida do meu correio electrónico e a sua divulgação na comunicação nacional e institucionalmente na reunião de Câmara de 7 de Janeiro de 2008 (artº 194º do Código Penal conjugado com o artº 34º da CRP) (remete-se para ACTA de 7 de Janeiro de 2008).-----

-----Esta actuação do presidente da câmara, salvo melhor entendimento nesta matéria, constitui quebra de um dever a que está legalmente vinculado em matéria de legalidade, dado que, de acordo com o artigo 4º, alínea a), subalínea i), da Lei 29/87, de 30 de Junho (na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 50/99, de 24 de Junho) - Estatuto dos Eleitos Locais - no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem. Constitui pois violação do princípio da legalidade constante do artigo 3º, n.º1, do C.P.A. e artigo 266º, n.º 2, da C.R.P.-----

-----Nos termos das normas legais, estas violações que foram mencionadas, sem prejuízo de outras que devem ser averiguadas, podem determinar a perda do respectivo mandato, conforme o estipulado no artº 7º da Lei 27/96 de 1 de Agosto.-----

-----"A prática, por acção ou omissão, de ilegalidades no Âmbito da gestão das autarquias locais ou no da gestão de entidades equiparadas pode determinar, nos termos previstos na presente lei, a perda do respectivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da acção ou omissão deste" e no nº 2 do artº 8º da mesma Lei " Incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos que, no exercício das suas

funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem", para além de "A violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização em pagamento de despesas é susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais, em responsabilidade financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto."-----

-----Salvo melhor entendimento nesta matéria estamos perante fortes indícios, no plano objectivo, da prática de actos conducentes à perda de mandato dos respectivos titulares, nomeadamente;-----

-----a) Eventuais indícios, no plano objectivo, da prática de eventuais ilícitos criminais;-----

-----b) Fortes indícios da prática de actos que neguem ou restrinjam o exercício de direitos, nomeadamente do direito de oposição, do direito de informação e do direito de participação procedimental;-----

-----c) Ausência de realização de acções inspectivas ordinárias ou extraordinárias há mais de quatro anos;

d) Situações financeiras em risco; com violação de normas de execução orçamental.-----

-----e) Constatação de que não se perspectiva a solução das irregularidades através da revogação ou da declaração de nulidade dos actos ilegais pelos órgãos competentes."-----

-----Quanto à utilização do anonimato, como pretende sugerir, teria tudo a aprender consigo, mas simplesmente abomino quem se esconde atrás dele seja para o que for. É um método que nunca utilizei nem vou utilizar, nem contra si, veja lá!-----

-----Quer saber porquê?-----

-----Simplesmente porque não tenho qualquer necessidade.-----

-----Ao contrário de muitos dos nossos munícipes que temem as

suas represálias, eu não tenho medo de si, nem do seu gabinete, nem dos seus acólitos.-----

-----Até agora tenho unicamente respondido às suas agressões e mentiras, ainda não tomei qualquer iniciativa que não fosse em defesa da minha honra e até ao final deste mandato irei ter a mesma postura, só que, com atenção redobrada.-----

-----Asseguro-lhe que pode contar com isso.-----

-----Para terminar, é óbvio que não enviei qualquer documento, nem anónimo nem identificado à Procuradoria Geral da República porque sabia que seria remetido ao TAFL, a quem, de facto, apresentei queixa.-----

-----Sobre a primeira página da denúncia anónima, que apresenta, disse que "fazê-lo com textos da minha queixa e anonimamente, não seria muito inteligente da minha parte, pois não?-----

-----Reconheço, no entanto que contém trechos da queixa apresentada por mim, mas quanto a isso, só posso lamentar a falta de originalidade, de coragem e até de algum rigor de quem o fez.-----

-----**6 - Congratulo-me com a posição da Direcção Nacional do Partido Socialista.**-----

-----Tive comprovado conhecimento que a Direcção Nacional do Partido Socialista lhe mandou instaurar Procedimento Disciplinar, no seguimento da violação e da divulgação dos meus emails pessoais.-----

-----Congratulo-me com isso e espero que dê conhecimento publico desse documento, em primeiro lugar aos membros da Comissão Política do Partido Socialista que, na mesma situação resolveram retirar-me a confiança política sem sequer me darem a oportunidade de ser ouvido, enviado-me um texto ao nível dos elementos que a compõem e a quem não tenho qualquer intenção de responder à letra, remeto-os para o texto do Despacho do Senhor Presidente do Partido Socialista e para os Princípios Políticos do PS que subescrevo desde há muito."-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que:-----

-----Quanto ao encerramento dos sanitários aos domingos estão a

ser envidados esforços para corrigir a situação;-----
-----Há dois meses enviou um fax à empresa Estradas de Portugal mostrando a sua preocupação pelo atraso nas obras, já que o Município para mais não tem competência;-----
-----Não foram feitas alterações ao projecto inicial da obra do cruzamento da Avenida Vinte e Cinco de Abril com a Rua Condessa da Junqueira, projecto esse que já foi aprovado por este executivo;-----
-----Geralmente, todo o processo disciplinar no âmbito do Partido, começo por baixo, não no topo, e alguém deve ter fornecido uma informação errada porque o Presidente do Partido não instaura processos disciplinares, o Sr. Dr. Almeida Santos não tem qualquer competência para instaurar processos disciplinares.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício retorquiu que, quando terminar a reunião, terá muito gosto em mostrar-lhe a comunicação do Sr. Dr. Almeida Santos.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos interveio nos seguintes termos:-----
-----Leu recentemente em dois jornais regionais declarações do Presidente da CCDRLVT, segundo as quais o Governo está a ponderar o alargamento da A treze, o que poderá por de parte o IC treze e poderá levar à introdução de portagens entre Almeirim e Chamusca. Perguntou quanto à veracidade da informação e lembrou que, se houver portagens, os camiões com materiais perigosos a caminho do CERVER da Chamusca, ou passarão a utilizar as estradas municipais ou a não utilizar o Centro.-----
-----No que concerne à obrigação legal de supressão de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, a Conservatória dos Registos Civil, Comercial e Predial até agora não tomou qualquer medida para permitir o acesso a pessoas de mobilidade reduzida, pelo que deverá ser contactada a Direcção-Geral dos Registos e Notariado e perguntou se a Câmara não pode instigar a resolução deste caso.-----
-----A lei consagra a obrigação do Presidente da Câmara, em

informação escrita à Assembleia Municipal, identificar a relação de processos judiciais em que o Município ou os seus órgãos é parte. Já que os Vereadores não têm acesso directo a alguns processos, porque o Presidente continua a não dar resposta no que concerne a processos judiciais, processos hierárquicos e processos de tutela em que sejamos Autores ou Réus, pergunta o que está a ser escondido para não revelar aos deputados municipais essa informação obrigatória.-----

-----E perguntou em que ponto se encontra o PDM de Almeirim e quais as acções já tomadas.-----

-----A Sr^a. Vereadora Manuela Cunha perguntou se o Sr. Presidente tem alguma informação sobre a possível passagem do TGV no nosso Concelho.-----

-----O Sr. Presidente respondeu, na medida da informação imediata de que dispõe:-----

-----Não tem informação relevante quanto à A treze;-----

-----No que toca à acessibilidade à Conservatória estão a ser envidados esforços para que a Conservatória mude para instalações mais amplas, já que estas são há muito insuficientes;-----

-----O processo para revisão do PDM não pode avançar porque o PROT ainda não está concluído;-----

-----E quanto ao traçado do TGV saberá algo mais quando falar com o Senhor Primeiro-Ministro.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - O executivo deliberou introduzir uma alteração na Acta de três de Março passado e aprovar, por unanimidade, a Acta de dezassete de Março de dois mil e oito, com uma correcção.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos nos

projectos de arquitectura respeitante aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----
-----José Rodrigues dos Santos, trezentos e setenta e três; e Paula Cristina Evangelista Cipriano, trezentos e oitenta e dois, ambos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Ana Sofia Oliveira Ferreira Azóia, cento e oito; Beatriz Pereira Caniço Ervideira, trezentos e oitenta e um, ambos de dois mil e sete; e Manuel José Fidalgo, trinta e seis de dois mil e oito.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que gostaria de saber o que significa a legalização de moradia a que respeita este último processo trinta e seis de dois mil e oito e disse que quer ter acesso ao processo de obras, posição que foi secundada pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - cento e noventa e cinco euros e noventa e um cêntimos; União de Veteranos de Almeirim - cento e sete euros e doze cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - cento e quarenta e nove euros e vinte e um cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - trezentos e sessenta e nove euros e noventa e dois cêntimos; Associação de Paço dos Negros - cento e cinquenta e oito euros e seis cêntimos; Rancho Folclórico de Paço dos Negros - duzentos e sessenta e nove euros e vinte e três cêntimos; Rancho Folclórico de Almeirim - duzentos e sessenta e três euros e oitenta e dois cêntimos; Orfeão de Almeirim - duzentos e dezassete euros e sessenta e

sete cêntimos; Classe Vinte - duzentos e dezasseis euros e cinquenta e dois cêntimos; Centro Paroquial do Bem Estar Social - quinhentos e vinte e cinco euros e cinquenta cêntimos; Testemunhas de Jeová - trezentos e sessenta e cinco euros e dois cêntimos; Escuteiros de Benfica do Ribatejo - setenta e sete euros e vinte e oito cêntimos; Escuteiros de Fazendas e Benfica - duzentos e oitenta e dois euros e cinquenta e três cêntimos; Junta de Freguesia da Raposa - cento e sessenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos; USAL - trezentos e setenta e oito euros e noventa e oito cêntimos; Governo Civil de Santarém - cento e sete euros e quarenta e três cêntimos; Grupo de Escolas de Oeiras Never Shake - quinhentos e sete euros e cinquenta e dois cêntimos; CRIAL - trezentos e noventa e um euros e vinte e sete cêntimos; Escola P três - trinta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos; Escolas P três e Cortiçóis - trezentos e catorze euros e cinquenta e um cêntimos; Escolas P três e Foros de Benfica - setenta e três euros e doze cêntimos; Escolas de Paço dos Negros e Fazendas Serra - duzentos e vinte e três euros e dezassete cêntimos; Liga Portuguesa Contra o Cancro - quinhentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil setecentos e oito euros e cinquenta e sete cêntimos.-----

-----REPUBLICA DE CUBA - Foi tomado conhecimento da comunicação do Embaixador da República de Cuba em Portugal que transmite os resultados das eleições para a VII Legislatura da sua Assembleia Nacional do Poder Popular e um resumo do texto constitucional em que as mesmas se fundamentam.-----

-----PSD - O executivo tomou conhecimento da comunicação do Partido Social Democrata que acompanha cópia dos requerimentos dos Deputados do partido por este Distrito apresentaram no Parlamento, sobre o Observatório do Sobreiro e da Cortiça na Zona Industrial do Monte da Barca e sobre a elevação de Samora

Correia a cidade.-----

-----HOMENAGEM AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR - Foi presente um abaixo-assinado de alguns cidadãos de Almeirim, propondo que numa rotunda ou num dos espaços verdes da cidade, seja colocado um monumento ou estátua que simbolizasse os almeirinsenses que foram Combatentes durante a Guerra Ultramarina, como preito de homenagem a todos os que servem o país nas forças armadas.-----

-----Com vista a melhor documentar o debate, o assunto foi adiado para a próxima reunião.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências financeiras:-----

-----Comité Português para a UNICEF, para a campanha de vacinação - duzentos e cinquenta euros; e União Futebol Clube de Almeirim, para compra de uma carrinha - cinco mil euros a pagar contra a entrega da factura de compra.-----

-----Para a deliberação que segue ausentou-se o Sr. Vice-Presidente, por se considerar legalmente impedido.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade dos presentes, conceder uma transferência de dois mil quinhentos e vinte euros à Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, para a compra de dois monitores de parâmetros vitais e dois desfibriladores automáticos externos, para equipar duas ambulâncias de emergência.-----

-----REFEITÓRIO - Nesta deliberação não participou o Sr. Vice-Presidente, por se ter ausentado da sala com vista às deliberações para que se considera legalmente impedido.-----

-----A pedido da Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, a Câmara deliberou oferecer o almoço no Refeitório Municipal aos cento e oito jogadores participantes no

Torneio de Petanca para Apuramento de Campeões na variante de Triplete, no próximo dia vinte de Abril.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vice-Presidente e saiu o Sr. Vereador José Carlos da Silva, por se considerar legalmente impedido.-----

-----Ainda a pedido do CRIAL, o executivo deliberou oferecer um almoço para cento e cinquenta pessoas, no Refeitório Municipal, no próximo dia vinte e nove de Abril, aos participantes do I Encontro Marcar a Diferença a Dançar, que conta com a participação dos Centros de Educação Especial do Distrito.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----

-----PISCINAS - Foram presentes as comunicações internas do Gabinete de Acção Social relatando duas situações de doença em agregados familiares carenciados e para as quais é recomendado clinicamente a hidroginástica, respeitantes a Joana Salomé Silva Vinagre e Inna Shushaylo.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a utilização gratuita dos serviços.-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Presente outra comunicação do Gabinete de Acção Social que relata a situação do aluno Hugo Manuel Lopes dos Santos, recentemente encaminhado para o Programa Integrado de Acção e Formação e para o qual é solicitado o passe escolar entre Cortiçóis e Marinhais, por pertencer a um agregado familiar carenciado.-----

-----A Câmara deliberou conceder o passe.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou implantar um sinal de proibição de parar ou estacionar na Rua de Macau, em Almeirim, no entroncamento com a Rua dos Açores, junto ao restaurante O Minhoto, do lado direito da rua, no sentido Rua de Coruche - Rua Condessa da Junqueira.-----

-----VENDA DE TRACTOR - PATRIMÓNIO - Foi presente a carta de Albertina da Conceição Torre Maria propondo a compra de um tractor agrícola da marca Agriful pela importância de cem euros.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse que a máquina já não tem capacidade de efectuar os trabalhos para que foi adquirido e propos, por isso, o seu abate ao Património, com o que o restante executivo concordou.-----

-----Mais referiu que, na avaliação que mandou efectuar ao tractor, por três elementos distintos, a opinião foi de que o mesmo, ao estado em que se encontra, vale duzentos euros, pelo que propõe que a sua venda só seja feita por esse valor.-----

-----A Câmara deliberou informar a interessada do preço do bem.-----

-----MATERIAL DE REPRESENTAÇÃO - A pedido do Sr. Francisco Manuel Filipe Vieira, a Câmara deliberou oferecer material de representação destinado aos setenta participantes no almoço convívio, a realizar a vinte e seis de Abril corrente, comemorativo do trigésimo oitavo aniversário do PAA dois mil e cinquenta e seis Cabinda, que cumpriu missão militar em Angola de mil novecentos e sessenta e oito a setenta.-----

-----PROJECTO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ACTIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - O Sr. Vereador Maurício do Rosário apresentou a sua proposta de Regulamento em título, com o fundamento de, enquanto autarca, ter ouvido várias opiniões que confirmam a necessidade de regular os apoios concedidos pela Câmara. A autarquia não tem regateado apoio às colectividades, no entanto, acha que há necessidade de criar um mecanismo que evidencie a justiça e equidade do processo. Nesse sentido procurou adequar o procedimento da autarquia e está aberto a qualquer alteração que vise a melhoria daquele normativo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que "esta proposta vem

ao encontro de uma necessidade, já sentida pela CDU, tanto mais que no anterior mandato apresentou proposta para que os Vereadores dos respectivos pelouros apresentassem uma base de trabalho desse documento. Na época, o Vereador João Torres ainda apresentou a sua proposta, mas o Vereador Pedro Ribeiro não, e a situação foi deixando andar. É importante a existência de um Regulamento porque as associações desenvolvem uma actividade de fundamental importância para o Concelho e sem o apoio da Câmara teriam muita dificuldade no desenvolvimento da sua actividade. Mas é fundamental também uma prática de transparência, rigor e imparcialidade nas relações da autarquia com as associações.-----

-----Quanto a esta proposta, pela parte da CDU, estamos disponíveis para aprovar uma base de trabalho para consulta pública, mas carece de alterações para que nos comprometemos a apresentar propostas e cito as matérias não contempladas:-----

-----Alargar as áreas associativas; consagrar apoios a associações que não estão formalizadas, nem venham a formalizar-se; fazer corresponder os apoios anuais às actividades com outra periodicidade; flexibilizar os apoios para actividades pontuais; prever apoios para aquisição ou conservação de imóveis ou viaturas; e estabelecer critérios de prioridade.-----

-----Relembro que a lei obriga à publicação dos subsídios atribuídos e a Câmara Municipal continua a não cumprir a legislação e a não publicar os subsídios atribuídos.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que “Para o PSD este Projecto de Regulamento é importante e ainda bem que o Vereador Maurício apresentou esta proposta. Nós sempre defendemos a necessidade de regular a atribuição de subsídios. Este Regulamento vem colmatar uma necessidade que se prende com o facto de saber que os subsídios chegam a quem mais precisa, no âmbito do desporto, social e educativo e vão contribuir para a melhor formação dos nossos munícipes. O PSD não tem nada contra e vou dar contributos para enriquecer o documento, dado que algumas coisas precisam ser arrumadas. É um grande passo que os instrumentos previsionais e os Planos de Actividades das

associações tenham que ser apresentados, com vista a clarificar, criar transparência e imparcialidade, para que todos saibam quais os critérios de atribuição. Estou, por isso, aberto a aprovar o projecto de regulamento na generalidade e contribuir com os complementos que forem considerados oportunos.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu: “A temporalidade que a Sr^a Vereadora Manuela Cunha deseja incrementar na atribuição de subsídios é impossível de pôr em prática, já que a esmagadora maioria das associações funciona de Setembro ou Outubro até Junho, Julho, e criar condições para repartir e quebrar a meio, seria penalizador para as associações. Até para efeitos fiscais, as empresas podem adequar a sua sazonalidade ao ano civil, quanto mais aqui, para receber um subsídio para uma actividade com esta temporização. -----

-----Segundo os Censos de dois mil e um haveria quatro mil trezentos e trinta e cinco jovens, na prática desportiva temos mil quatrocentos e sessenta e cinco pessoas, isto é, trinta e quatro por cento entre os zero e os dezoito anos; excluindo as actividades escolares, apuramos que a prática desportiva na população jovem ronda os dois terços, muitos por força da colaboração entre a Câmara e os clubes. Em qualquer país desenvolvido é um índice muitíssimo bom. O que também é de observar é que não podemos tornar a vida dos clubes excessivamente burocratizada, até porque a maioria dos seus colaboradores estão a substituir-se às funções do Estado. Sou a favor de protocolos, mas tenho dificuldade em oferecer um jantar que tenha de estar protocolado. A mesma questão quanto ao montante global. Quanto aos subsídios para deslocações às ilhas, por vezes pode-se estar a oferecer ajuda a Federações muito ricas. Fazer depender o apoio das inscrições nos anos anteriores não acautela situações como a mudança de clube pelos jogadores. No âmbito destas considerações de carácter geral ainda há que ponderar a responsabilidade dos pais, que não pode ser transferida para a Câmara. São estas e outras as dúvidas que se levantam à aplicação do Regulamento proposto.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que este documento não é redutor, teve a preocupação que não o fosse e não estabelece critérios.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos acrescentou que é possível diferenciar os necessários critérios de ponderação.-----

-----Submetido a votação o Projecto de Regulamento, constatou-se o seguinte resultado: três votos contra, do Sr. Presidente, Vice-Presidente e Vereador José Carlos da Silva; três votos a favor, dos Srs. Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha. O Sr. Presidente usou o voto de qualidade no mesmo sentido do seu voto inicial pelo que a proposta foi reprovada.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro fez a seguinte declaração do voto:-----

-----"O movimento associativo na área desportiva é fundamental para a criação de um estado social, que proporcione aos seus cidadãos uma qualidade de vida digna de um País desenvolvido. No entanto esse desenvolvimento, neste caso, está assente sobretudo nas mãos de voluntários que "roubam" o seu tempo de lazer, de família e amigos, para um bem maior, o voluntariado. Tem sido com esse espírito de entendimento e de proximidade que esta autarquia tem, ao longo dos tempos, apoiado e criado condições para que o movimento desportivo seja uma realidade no Concelho de Almeirim.-----

-----Durante anos, os apoios foram sendo atribuídos de uma forma regular, tendo em conta as actividades desenvolvidas ao longo do ano e pontualmente, sempre que se realizavam actividades específicas. Relembro que este tipo de apoios sempre tiveram o apoio de todos os vereadores, tendo inclusive sido assim enquanto o Vereador Francisco Maurício teve a responsabilidade máxima no sector desportivo.-----

-----Tenho sido a favor de um conjunto de exigências, no entanto não posso ser a favor de uma burocracia cujo único objectivo é apenas e só garantir a sua existência.-----

-----Celebrar um protocolo por cada subsídio dado, por mais

pequeno e insignificante que seja, parece-me demasiado burocrático, tal como é previsto no artigo segundo, ponto três.-

-----Aprovar a atribuição de subsídios para apoiar as deslocações às Ilhas, pode parecer estranho a alguns menos atentos, mas seria isso sim uma forma de discriminação, uma vez que há Federações que apoiam tudo e outras não. Por isso o nosso apoio deve ser pontual e atendendo às situações em concreto, que muitas vezes se alteram de ano para ano. Colocar no mesmo patamar o futebol ou as outras modalidades é querer tornar igual o que já por si o não é, criando assim uma injustiça maior.-----

-----Depender exclusivamente o apoio a inscrições com base no ano anterior pode, em alguns casos, impossibilitar algumas equipas de se inscreverem por falta de apoio. Exemplo, quando no INATEL há muitas transferências, quando aparecem clubes ou secções novas, ou há um grande crescimento no número de atletas ou alterações no valor das inscrições.-----

-----Apesar de reconhecer ao estado um papel fundamental no apoio desportivo, não posso de forma alguma desresponsabilizar as famílias, por isso não posso concordar com o facto de ser a autarquia a promover e a pagar os exames médicos. Para além de ser logisticamente complicado fazê-lo, de uma forma séria, em tão pouco tempo e atendendo ao universo de centenas de jovens, teria custos avultadíssimos para a Câmara e mais importante tiraria os pais de um circuito em que entendo que devem estar. Ou seja a saúde dos seus filhos e educandos não pode passar para a esfera do poder local. No entanto isto não nos tem impedido de apoiar, por exemplo, com material os clubes que o pretendem adquirir e assim centralizarem, com o apoio dos pais, os exames médicos necessários.-----

-----Gostava ainda de referir que o anexo I impede o apoio regular a clubes que não tenham desenvolvido actividades no último ano, o que impede a atribuição de subsídios a novas colectividades. Será bom lembrar que se este regulamento estivesse em vigor, o andebol, a natação e o ténis não teriam tido apoios da Câmara quando no tempo do Vereador Francisco

Maurício, deixaram o âmbito municipal e passaram para secções da Associação Vinte Quilómetros. Levando à letra, os Vinte Quilómetros não tinham secções, logo não podiam ser apoiados. Tenho a certeza que estas três modalidades, que movimentam mais de uma centena de jovens, teriam acabado.-----

-----Por último, mas na prática o mais importante é de referir que todo o trabalho tido na elaboração sistemática de critérios para atribuição de subsídios não é depois finalizado com a indicação clara e objectiva dos critérios. Assim questiono:-----

-----O apoio será por número de atletas?-----

-----Só contam os federados? E nos casos em que apenas se pretender fazer desporto e não competir que tipo de apoios teremos? Exemplo do Karaté.-----

-----As modalidades recebem todas o mesmo?-----

-----Como enquadramos, por exemplo a Columbofilia? Pelo número de pombos, pelo números de federados?-----

-----Como lidaremos com o fenómeno de, em anos diferentes existirem números de atletas e de equipas diferentes, mas os custos serão os mesmos?-----

-----No caso de os apoios serem iguais, como será a vida do Hóquei, cinco jogadores, e do Futebol, onze jogadores. Não há aqui à partida descriminação?-----

-----No entanto se existir um critério de ponderação, que critério é esse e que base terá?-----

-----Devemos apoiar o futebol todo por igual? Seja ele regional, nacional ou INATEL?-----

-----É por estas e outras dúvidas que entendo que a forma como temos vindo a trabalhar e, que tem merecido a unanimidade de todas, pelo menos na aprovação dos valores, tem sido boa. Numa autarquia que se quer próxima dos munícipes e em contacto permanente com eles, esta deve ser a forma de apoiar. Falando, discutindo e apoiando o que é necessário, de acordo com o que vimos, ouvimos e vemos, sem criar apoios demasiados que levem ao facilitismo, nem uma asfixia que leva ao fim das modalidades. Os resultados estão à vista. Basta ver a quantidade e variedade de

modalidades desportivas existentes no nosso Concelho e compará-las com outros nossos vizinhos.-----

-----Em Almeirim, Concelho, existem, segundo os censos de dois mil e um, quatro mil trezentos e trinta e cinco jovens. De acordo com os nossos dados, mil quatrocentos e sessenta e cinco praticam desporto com regularidade. Este valor representa trinta e quatro por cento de toda a população entre os zero e os dezoito anos a realizar actividade física. É ainda de referir que nestes dados não estão incluídos, a actividade física nos jardins-de-infância, disponibilizada pela autarquia, nem as actividades no 1º ciclo. Numa operação de matemática simples, se verificarmos que entre os zero e os cinco anos de idade a adesão ao desporto é fraca, por diversos factores, rapidamente percebemos que durante a escolaridade, do primeiro ao décimo segundo ano, temos taxas de prática desportiva a rondar os dois terços, o que é, em qualquer parte do Mundo, excelente.-----

-----Estou no entanto disponível, para em colaboração com todas as forças políticas podermos chegar a um entendimento sobre este assunto, como aliás o temos feito, sempre que existem pedidos de apoio à Câmara. Não posso no entanto aprovar um documento depois de não terem sido aceites todas estas minhas sugestões."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Votei a favor desta proposta de Regulamento por considerar que ela ia de encontro à posição sempre defendida pela CDU, tanto neste como no anterior mandato, no sentido de clarificar e regular as relações da autarquia com as estruturas associativas do Concelho. Considero que a existência de um Regulamento não visa retirar apoios, mas criar métodos e transparência que são bons para todos, para a autarquia, na prestação de contas que deve dar da utilização dos dinheiros públicos e para os movimentos associativos que também assim são obrigados a planear mais a sua actividade. O Partido Socialista segue sempre a mesma táctica, considera que nunca há condições para aprovar algo que, no fim, não era mais que um documento de trabalho que ainda vinha a ser sujeito a consulta pública, na

qual o próprio movimento associativo ia ser ouvido e podia ele próprio contribuir para melhorar o Regulamento, para além dos contributos que alguns Vereadores se propunham dar, Vereadores estes nos quais me incluo. O que o Partido Socialista não quer são regras e definições de critérios. O que o PS quer é que haja uma relação de pedido e as associações terem de andar a implorar ao Sr. Vereador para deferir o pedido. Toda a gente compreende mas é de lamentar, porque muitas Câmaras têm regulamentos, nesta e noutras áreas e isto é que modernização e transparência administrativa: é cada um saber com o que pode contar e conhecer à partida as regras do jogo, que são todas iguais e diferentes. Iguais porque não discriminam ninguém, em função de gostar ou não. Diferentes porque atendem a especificidades que podem ser definidas em regulamento. Mas tudo da maneira como deve ser, definida em função do interesse público municipal e não doutros interesses.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco justificou:-----

-----“Obviamente que voto a favor desta minha iniciativa e lamento a deliberação, no entanto, respeito-a. Foi tomada democraticamente e a maioria entendeu assim. Na minha opinião ficaram a perder todos os munícipes. A justiça, a equidade e a transparência dos apoios às associações culturais, recreativas e desportivas fica assim adiada, pelo menos até ao final deste mandato.”-----

-----O Sr. Vereadora Pedro Pisco dos Santos disse:-----

-----“Votei a favor deste Projecto de Regulamento por considerar que a atribuição de dinheiros públicos deve obedecer a critérios de transparência, imparcialidade e publicidade, de modo que os destinatários dos subsídios tenham conhecimento prévio das condições de atribuição dos apoios. O PSD sempre defendeu a criação de um regulamento de atribuição de subsídios pelo que, obviamente, apoiou e apoiará todas as iniciativas que vão ao encontro de acabar com o caciquismo que às vezes se encontra associado a estas matérias.”-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva declarou:-----

-----"Votei contra, embora concorde com a necessidade de um Regulamento semelhante ao proposto, no entanto, verifiquei que, da parte da CDU, esta proposta tem várias lacunas. Também o PSD apontou alterações importantes e significativas. Depois também das dúvidas levantadas pelo Vereador Pedro Ribeiro, penso que teria sido bom, antes desta votação, ser revista a proposta para a qual, em futuro trabalho, contribuirei também com o meu parecer."-----

-----O Sr. Presidente declarou também:-----

-----"Subscrevo a declaração de voto do Sr. Vereador Pedro Ribeiro que, penso, no fundo, também contém a observação do Sr. Vereador José Carlos da Silva. Acrescento, no entanto, que a discussão que decorreu nesta reunião do executivo em muito contribuiu para o meu sentido de voto, visto que, mesmo os Vereadores que votaram a favor, não apresentaram sugestões para alterar esta proposta de Regulamento e prometeram entregar esses contributos; e mesmo a intervenção do proponente, quando diz, quanto ao estabelecimento de critérios de atribuição de subsídios, que o Regulamento não os estabelece. Sendo assim, que critérios estão escritos no Artigo doze? E no que respeita ao prazo para apresentação dos pedidos, por parte das colectividades, fixa-se o prazo de trinta dias. Que seria feito do pedido apresentado pelo UFCA para a compra duma carrinha, apreciado hoje em reunião e aprovado com o voto favorável do proponente?-----

-----Por último, refiro uma questão meramente formal: Esta proposta de Regulamento foi apresentada há um mês atrás e, com a maior desfaçatez, para ser agendada na reunião pública de um mês depois. Isto quer dizer que se trata de uma proposta para promoção pessoal e não para resolver qualquer problema do Concelho. Aliás, a proposta tentou ser a tradução do que hoje a Câmara já faz com muito mais justiça, visto que, pedido a pedido, os Srs. Vereadores têm discutido as situações particulares em que cada um é feito. Referindo a lei habilitante, devo dizer que a Lei nº 169/99, com a nova redacção

dada pela Lei nº 5-A/2002, comete ao Presidente da Câmara a competência para estabelecer as Ordens de Trabalhos das reuniões, pelo que o ponto um do Artigo nono, ao remeter para reunião pública a discussão da atribuição de subsídios é, mais uma vez, uma tentativa de condicionar as minhas competências atribuídas por lei. Daí não poder merecer o meu acordo.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício requereu que lhe fosse atribuído algum tempo para responder às acusações que lhe são feitas na declaração de voto do Sr. Presidente.-----

-----Este Autarca indeferiu o pedido dizendo que não é regulamentar a intervenção. Alegando o Sr. Vereador que só pretende intervir em defesa do seu nome, o Sr. Presidente respondeu que, depois das declarações de voto não está o requerente autorizado a fazer qualquer intervenção.-----

-----POUPANÇA E EFICÁCIA ENERGÉTICA - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que requereu o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, leu a sua intervenção do seguinte teor:-----

-----“Considerando que: -----

-----Cerca de trinta por cento da energia consumida em Portugal é da responsabilidade dos edifícios, dos quais treze por cento diz respeito ao sector dos serviços;-----

-----O desperdício energético é muito elevado no nosso país atingindo perto de sessenta por cento do consumo; -----

-----Estudos da Universidade de Coimbra demonstram que podemos reduzir o desperdício energético em Portugal em cerca de trinta por cento;-----

-----A eficiência energética tem vantagens ambientais e económicas;-----

-----O SCE - Sistema de Certificação Energética dos Edifícios e da Qualidade do Ar Interior (Decreto-Lei número setenta e oito barra dois mil e seis) também se aplica aos edifícios públicos;-

-----E que a Administração Pública deve dar o exemplo.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal de Almeirim:-----

-----Primeiro - Avalie as vantagens de fazer uma auditoria

energética aos edifícios da responsabilidade da Câmara, no quadro do Protocolo assinado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP e que esta avaliação seja apresentada a este Executivo num breve prazo.-----

-----Segundo - Elabore um "Manual de Boas Práticas" que ajude e incentive a mudança de comportamentos neste âmbito, dos funcionários e outros utilizadores dos edifícios, instalações e veículos da responsabilidade da Câmara.-----

-----Terceiro - Caso ainda existam lâmpadas de maior consumo que sejam o mais rapidamente possível substituídas por lâmpadas mais eficientes."-----

-----O Sr. Presidente deu conhecimento dos esforços já envidados nesse sentido, designadamente da Acta da reunião da Junta da CULT de dezoito de Dezembro de dois mil e sete, na qual o seu Presidente propôs a realização de um Estudo para a utilização de energias alternativas e sua utilização na electrificação rural, que foi aprovado e que decorre actualmente. Também na Acta da Sessão da Assembleia da CULT de vinte e sete de Dezembro do mesmo ano, o Sr. Deputado Dias Nunes levantou a questão no tocante a rubrica orçamental e o Presidente respondeu que essa acção tem verba em Orçamento enquanto Estudo e será candidatado ao próximo QREN.-----

-----A SR^a Vereadora Manuela Cunha disse que esta auditoria é interessante porque vai mais longe e avalia os desperdícios em energia.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu: "Andamos a preparar desde o final do ano passado a iniciativa 'Carbono menos, Almeirim mais' que não só se preocupa com edifícios mas também com a possibilidade de utilizar outro tipo de energia nas novas construções. Um exemplo, no Circuito de Manutenção está previsto que os candeeiros venham a utilizar a tecnologia led, com um consumo setenta por cento abaixo do corrente. Estão em preparação mais medidas que vão no mesmo sentido.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que "Qualquer pessoa em seu perfeito juízo tem de apoiar uma iniciativa desta

natureza, que só pode pecar por tardia. Quero recordar; Primeiro foi programa eleitoral do PS e que morreu por falta de cuidados. A Agência de Energia viria fazer a gestão da autarquia com vista ao diagnóstico dos consumos. Pretendia-se contratar um especialista para que tomasse as iniciativas para a qualidade no consumo. Uma das iniciativas da Agência que nunca nasceu foi a proposta da Finintec para que tivéssemos água quente a custo zero, nas Piscinas, em que nós só tínhamos de dispendir algum encargo inicial com a passagem da conduta. Foi deixada morrer pela autarquia, adiada para o QREN, que é a nossa panaceia para todas as maleitas."-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que, "Quando voltei à Câmara fui inteirar-me do processo e constatei que foi feito um projecto quanto a essa conduta no qual se prevê que a COMPAL facultaria água quente e receberia água fria. Após uma reunião com o Presidente da empresa que gere a co-geração da COMPAL, foi esclarecido que esta queria a água quente, o contrário do que foi dito, e o projecto comporta centenas de tubos que passariam dentro e fora da fábrica e que, com preços fornecidos pelo Sr. Vereador Francisco Maurício, o último valor é de duzentos mil euros. Obviamente que ao fim de alguns anos se pagará, desde que se possa utilizar a água nas melhores condições. Agora, esse valor é excessivo e é por isso que o projecto está parado."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que "os números inicialmente sugeridos pelo técnico invocado não têm rigorosamente nada com isso."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha contestou o facto da proposta vir tarde e a más horas, o que lhe pareceu interessante agora foi o protocolo entre a EDP e a ANMP, que parece vantajoso e faz uma abordagem global. Por muito interessantes que sejam as medidas que o Vereador Pedro Ribeiro já tenha agendado, será de igual modo interessante que se faça um estudo para avaliar se vale a pena ou não, sem prejuízo doutras propostas. Antes do Município partir para iniciativas como oferecer lâmpadas às pessoas, deve começar por dar o exemplo. Quanto à COMPAL,

considero a ideia muito interessante, a CDU considerou que os preços apresentados à altura estavam longe da realidade e os custos para o Município estavam longe do seu valor real.-----

-----O executivo deliberou aceitar a proposta como contributo para o conjunto de medidas a implementar no âmbito da poupança energética.-----

-----CENTRO DE DIA PARA IDOSOS - ESCOLA DO ARNEIRO DA VOLTA - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos leu a sua proposta, cujo agendamento requereu, do seguinte teor:-----

-----"Os dados demográficos sobre o Concelho de Almeirim revelam que nas freguesias rurais, a maioria dos habitantes são pessoas com idade superior a cinquenta anos, indicando que, em alguns lugares do Concelho, a maioria das pessoas são idosos e de fracos rendimentos patrimoniais.-----

-----A consciência social que nos pauta leva a reflectir quanto à necessidade de criar políticas de coesão e de solidariedade social no Concelho, pelo que compete à Câmara Municipal de Almeirim o dever de adoptar medidas que satisfaçam as necessidades de uma população envelhecida num meio rural.-----

-----A construção de um equipamento com valências na área social, saúde e educativa revela-se como necessário por forma a dotar aquele lugar dos equipamentos sociais e educativos necessários à promoção da coesão social.-----

-----Em todo o caso, considera-se que este tipo de iniciativas deverá envolver todos os parceiros sociais, designadamente Administração Central, Autarquia e as associações humanitárias do Concelho.-----

-----Nessa medida, o PPD/PSD entende que se deve combater a interioridade social dentro do próprio Concelho, proporcionando aos mais idosos as condições necessárias para uma vida com qualidade.-----

-----O PPD/PSD considera que há condições para avançar com um projecto que proporcione um conjunto de serviços aos mais idosos e, em geral, toda a população residente no Arneiro da Volta e

Monte da Vinha.-----

-----Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do número um do artigo oitenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A traço barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o PSD/Almeirim propõe-se o seguinte:-----

-----i) Que as antigas instalações da Escola Primária no Arneiro da Volta, seja cedida, a título gratuito, ao Município de Almeirim pelo Ministério da Educação para efeitos de instalação de um Centro de Dia de Apoio aos Idosos.-----

-----ii) Que a Câmara Municipal de Almeirim desenvolva os contactos necessários junto das várias entidades governamentais e não governamentais com vista a proporcionar uma parcela entre vários parceiros sociais com vista à instalação de um Centro de Dia."-----

-----O Sr. Presidente referiu que, embora seja uma proposta simpática por visar a criação de um Centro de Dia, o sítio não é o mais aconselhável. O edifício não tem condições mínimas para o efeito, é impossível criar espaço para animação e, devido ao seu isolamento não será apelativo. Um Centro para Idosos necessita localizar-se, preferencialmente, num centro populacional, acessível aos idosos por deslocação pelos seus próprios meios, onde desfrutam do ambiente em que vivem, condições que esta escola não tem. É de ponderar o exemplo da Raposa, que já teve um Centro de Dia a funcionar no edifício da Junta de Freguesia, no centro da aldeia, e cujas instalações estão desaproveitadas por não haver número de idosos suficiente para o seu funcionamento. Para além de que é dispendioso transportar os idosos das localidades para um centro no meio do campo.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos disse que a sua proposta apareceu porque algumas pessoas do Arneiro da Volta e de Paço dos Negros alvitram, é sua intenção dar o pontapé de saída e, por isso, mantém a sua proposta.-----

-----Submetida a votação, foi a proposta reprovada, por maioria, com o voto a favor do autarca proponente, as abstenções dos Srs.

Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício e três votos contra dos autarcas do Partido Socialista.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: "Só me abstenho pelo facto, não da escola estar degradada, como diz o Sr. Presidente, porque se podia arranjar, mas, pela informação que tenho, da escola se encontrar longe da zona de residência dos idosos. No entanto, considero que o edifício pode ter outras utilizações e deve ficar para utilização pelo Município e serem tomadas as medidas necessárias para impedirem a sua degradação."-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público usou da palavra o Sr. Manuel Lucas, que disse:-----

-----Nas traseiras do Ciclo, devido à instalação de gás, os calceteiros que fazem a reposição da calçada deixam um intervalo tão largo na junta das pedras que a breve prazo a Câmara terá de repor o pavimento a comprar calçada, já que as pedras que sobram não devem ser lá deixadas;-----

-----Na Rua Dionísio Saraiva, a calçada apresenta igualmente as juntas excessivamente largas e uma bicicleta normal fica com as rodas presas nas juntas;-----

-----Junto do recinto da Feira Mensal há uma utilização abusiva de água, sendo frequente os utentes deixarem as torneiras abertas dias inteiros;-----

-----Na Rua do Paço, as sarjetas encontram-se abaixo do nível do alcatrão e podem provocar acidentes;-----

-----Já no ano passado cortou e este ano volta a oferecer os seus serviços gratuitos, para podar as laranjeiras do jardim e cortar os adventos, bem como repor condições para que as árvores aproveitem a água que lhes é posta nas caldeiras;-----

-----Chamou a atenção para a implantação dos candeeiros na praça traseira ao Hospital, se a implantação fosse modificada, dariam mais iluminação;-----

-----Chamou ainda a atenção para o lixo amontoado junto do

antigo Hospital;-----

-----E referiu que pela pintura recente, os lugares de estacionamento no Parque Lourenço de Carvalho foram encurtados e são insuficientes, para carros maiores.-----

-----Às dezoito horas e quinze minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
